



PROCURADORIA

SETOR DE PESQUISA, ASSESSORIA E ANÁLISE PRÉVIA

PL 722/25

Realizada a pesquisa legislativa, a respeito do assunto foi localizado o seguinte:

- Constituição Federal.
- Lei Federal nº 8.906, de 4 de julho de 1994, que dispõe sobre o Estatuto da Advocacia
- Lei Federal nº 1.060/1950, que estabelece normas para a concessão de assistência judiciária aos necessitados.
- Lei Complementar Estadual nº 988/2006, que dispõe sobre a organização, estrutura e funcionamento da Defensoria Pública do Estado de São Paulo.

Ato Normativo DPG nº 199/2021: Estado de São Paulo - Define a manutenção do atendimento remoto na Defensoria, mesmo na ausência de adesão ao regime de trabalho remoto. e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

- Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos Territórios e prescreve normas gerais para sua organização nos Estados, e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 988, de 9 de janeiro de 2006, que organiza a Defensoria Pública do Estado, institui o regime jurídico da carreira de Defensor Público do Estado
- Lei Municipal nº 14.223, de 26 de setembro de 2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do município de São Paulo,

À Comissão de Constituição, Justiça e Legislação Participativa, conforme despacho do Sr. Presidente.

São Paulo, 15 de julho de 2025.

Cintia Talarico da Cruz Carrer
Procuradora Supervisora do Setor de Pesquisa e Análise Prévia
OAB/SP 155.068